

Ofício DG - 136/2024 - CIRCULAR

Americana, 17 de abril de 2024.

À

Prefeitura Municipal - Municípios Consorciados à Agência Reguladora ARES-PCJ
Sr. PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Encaminha Minuta de Projeto de Lei para ratificação das alterações do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Servimo-nos do presente para cumprimentar Vossa Excelência e dizer que Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora ARES-PCJ), é consórcio público criado para exercer, por delegação, as atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, conforme as exigências da Lei Federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020.

Como é de seu conhecimento, seu Município é membro do Consórcio Público Agência Reguladora ARES-PCJ, por ser signatário do Protocolo de Intenções e por este ter sido ratificado através Lei Municipal, cujo número está informado no Quadro 1, abaixo.

Informamos que durante a 26ª Assembleia Geral Ordinária da ARES-PCJ foram aprovadas alterações no Protocolo de Intenções, visando o atendimento das exigências trazidas pela Lei Federal nº 14.026/2020 e pela Norma de Referência ANA nº 4/2024, além das orientações do Tribunal de Contas do Estado, projeções de crescimento e planejamento de ações da ARES-PCJ, e atualizações e outros quesitos relacionados à gestão desta Agência Reguladora.

Considerando que essas alterações necessitam ser ratificadas pela Câmara de Vereadores para serem validadas, tomamos a liberdade de enviar à Vossa Excelência, em anexo, Minuta de Ofício de Encaminhamento, Minuta de Projeto de Lei de Ratificação e Anexo I, onde se encontram as descrições das alterações do Protocolo de Intenções, além da Exposição de Motivos e Anexo II, sendo este um Quadro Comparativo entre a redação atual do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ e nova redação com as alterações recentemente aprovadas.

Destacamos que todas as alterações aprovadas pela Assembleia, e descritas no Anexo I da Minuta do Projeto de Lei de Ratificação, em nada vai onerar o Município, pois todos os valores necessários para a implantação dessas alterações serão suportados integralmente pela Agência Reguladora ARES-PCJ, atendendo rigorosamente aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.


QUADRO 1 - Municípios Consorciados e Leis de Ratificação do Protocolo de Intenções

| Nº | MUNICÍPIO CONSORCIADO | LEI DE RATIFICAÇÃO | Nº | MUNICÍPIO CONSORCIADO | LEI DE RATIFICAÇÃO |
|----|-----------------------|--------------------|----|------------------------|--------------------|
| 01 | Americana | 5.460/2013 | 21 | Jundiaí | 8.266/2014 |
| 02 | Amparo | 3.767/2014 | 22 | Limeira | 5.157/2013 |
| 03 | Analândia | 1.710/2011 | 23 | Louveira | 2.320/2013 |
| 04 | Araras | 4.679/2014 | 24 | Mogi Guaçu | 4.988/2016 |
| 05 | Artur Nogueira | 3.006/2010 | 25 | Mogi Mirim | 5.030/2010 |
| 06 | Atibaia | 3.954/2010 | 26 | Monte Alegre do Sul | 1.574/2011 |
| 07 | Bom Jesus dos Perdões | 2.360/2014 | 27 | Nova Odessa | 2.611/2012 |
| 08 | Campinas | 14.241/2012 | 28 | Pedreira | 3.077/2010 |
| 09 | Capivari | 3.755/2010 | 29 | Piracicaba | 7.371/2012 |
| 10 | Cordeirópolis | 2.677/2010 | 30 | Rafard | 1.595/2013 |
| 11 | Corumbataí | 1.416/2010 | 31 | Rio Claro | 4.129/2010 |
| 12 | Cosmópolis | 3.324/2010 | 32 | Rio das Pedras | 2.662/2011 |
| 13 | Engenheiro Coelho | 1.241/2021 | 33 | Salto | 3.250/2014 |
| 14 | Holambra | 857/2015 | 34 | Santa Bárbara d'Oeste | 3.383/2012 |
| 15 | Hortolândia | 2.465/2010 | 35 | Santo Antônio de Posse | 2.543/2010 |
| 16 | Indaiatuba | 6.428/2015 | 36 | São Pedro | 3.041/2013 |
| 17 | Ipeúna | 926/2010 | 37 | Sumaré | 5.410/2012 |
| 18 | Iracemápolis | 1.844/2010 | 38 | Valinhos | 4.671/2011 |
| 19 | Itapira | 5.770/2019 | 39 | Vinhedo | 3.570/2013 |
| 20 | Jaguariúna | 2.029/2010 | - | - | - |

Assim, solicitamos a especial gentileza de Vossa Excelência no sentido de encaminhar à Câmara Municipal o referido Projeto de Lei, com o Anexo I, e a Exposição de Motivos, com o Anexo II, o mais breve possível para a ratificação dessas alterações, pois elas somente poderão entrar em vigor após a aprovação da maioria das Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados.

No aguardo de suas manifestações e providências, colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para mais informações se necessárias, através do telefone: (19) 3471-5100, ou pelo e-mail: dg@arespcj.com.br e aproveitamos a oportunidade para renovarmos nossas considerações de elevada estima e apreço.

Respeitosamente,



DALTO FAVERO BROCHI
Diretor Geral da ARES-PCJ